

SUPERÁVIT PRIMÁRIO

Ministro da Fazenda antecipa que economia feita pelo governo para pagar juros da dívida deve ser de R\$ 105 bilhões no próximo ano

Meta de 3,8% em 2008

RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

Wanderlei Pozzembom/CB - 23/7/03

A exemplo do que fez este ano, o governo reduziu a meta de superávit primário (economia para pagar juros da dívida) de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) para 3,8% no ano que vem. O objetivo anterior foi fixado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2007 para todo o setor público, incluindo União, estados, municípios e estatais. A queda do esforço fiscal como proporção do PIB será consolidada no projeto de LDO para a elaboração do orçamento de 2008, que será enviado ao Congresso ainda esta semana.

Em termos nominais, a economia em 2008 será de R\$ 105 bilhões, valor R\$ 9,1 bilhões superior ao resultado esperado para este ano. O governo ainda está fechando as contas para determinar o tamanho do esforço fiscal próprio e o que ficará a cargo de estados, municípios e estatais. "São detalhes que nós temos que alinhar com o Ministério do Planejamento. Mas provavelmente vai ser essa a medida. No fundo, isso é manter as coisas como estão", disse o ministro da Fazenda, Guido Mantega, ao antecipar a meta.

Nas projeções do governo, as despesas com o Projeto Piloto de Investimentos (PPI) devem ficar em torno de 0,45% do PIB. Como os recursos gastos em obras de infra-estrutura no âmbito do programa podem ser descontados da meta de superávit primário, o objetivo cai na prática para 3,35% do PIB tanto este ano como em 2008. O corte no esforço fiscal foi consequência da revisão dos números da economia pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que identificou um crescimento maior do que o estimado inicialmente.



RAUL VELLOSO, ECONOMISTA: "META FOI FIXADA EM TAMANHO SUFICIENTE PARA DAR CONTA DAS QUESTÕES FISCAIS"

Como o PIB do país ficou maior, o governo teria que fazer um corte adicional de despesas em torno de R\$ 10 bilhões para cumprir a meta de 4,25% do PIB este ano, por exemplo. A revisão melhorou as contas do país, tornando desnecessária uma economia de recursos tão grande. Com os novos números, a dívida líquida caiu de 50% do PIB para 44,9% em dezembro. A manutenção do esforço fiscal no nível atual será suficiente para baixá-la a 35% até 2010, resultado cinco pontos percentuais melhor do que o previsto anteriormente.

"A meta foi fixada em tamanho suficiente para dar conta das questões fiscais e manter a trajetória de queda da dívida como proporção do PIB. Nesse cenário róseo de hoje, com dólar, taxa de juros e risco-país caindo, basta um pouquinho de austeridade para acertar as coisas. Não precisa mais do que isso", avaliou o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas. Segundo ele, o governo pode ter problemas caso o quadro da economia mundial piore drasticamente. "Aí, o governo terá que rever a meta."

Para Velloso, embora tenha

havido efetivamente uma redução no esforço fiscal, o mercado não deve receber a medida como sinal de uma maior frouxidão da política fiscal do governo. O atual momento de redução do superávit primário é o primeiro desde que o indicador passou a ser considerado a base da política de ajuste fiscal do país, depois da assinatura do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no final de 1998. O presidente Lula assumiu seu primeiro mandato com a meta em 3,75% do PIB e o jogou para 4,25% como forma de dar um "choque de credibilidade" para sua política econômica.